

2ª resposta de Mênon: tentativa de definir a virtude em geral

MÊNON: Que outra coisa seria senão ser capaz de comandar os homens? Se é verdade pelo menos que procuras uma coisa única para todos os casos.

Crítica de Sócrates. A unidade da definição deve respeitar a multiplicidade do definiendum, não podendo:

a) confundir suas variedades:

SÓCRATES: Mas é certamente o que procuro. Mas então, Mênon, é a mesma virtude, a da criança e a do escravo: serem, ambos, capazes de comandar seu senhor? E te parece que ainda seria escravo aquele que comanda?

MÊNON: Não me parece absolutamente, Sócrates.

b) confundir o definiendum com uma de suas espécies:

SÓCRATES: Não é provável, com efeito, caríssimo. Pois examina ainda o seguinte: afirmas que a virtude é ser capaz de comandar. Não deveremos acrescentar aí "com justiça, e não injustamente"?

MÊNON: Creio, de minha parte, que sim. Pois a justiça é virtude, Sócrates.

SÓCRATES: É virtude, Mênon, ou uma virtude? Como em outro caso qualquer. Por exemplo, se queres, a respeito da redondez, eu diria que é uma figura, não simplesmente que [é] figura. E diria assim, pela razão de que há ainda outras figuras.

MÊNON: E corretamente [estarias] falando, pois também eu digo que há não somente a justiça, mas também outras virtudes.

SÓCRATES: Quais [dizes serem] elas? Nomeia[-as], assim como eu, por exemplo, também te nomearia outras figuras, se me pedisses; tu também, então, nomeia-me outras virtudes.

MÊNON: Pois bem: a coragem me parece ser uma virtude, e também a prudência, a sabedoria, a grandeza d'alma e numerosas outras.

SÓCRATES: De novo, Mênon, acontece-nos o mesmo. Outra vez, ao procurar uma única, eis que encontramos, de maneira diferente de há pouco, uma pluralidade de virtudes. Mas a única [virtude], a que perpassa todas elas, não conseguimos achar.

MÊNON: Com efeito, Sócrates, ainda não consigo apreender, como procuras, uma virtude [que é] única em todas elas, como era nos outros [casos] (74b). ”

A REPÚBLICA

O Anel de Giges

A República é um dos mais extensos diálogos de Platão e tem importância central em seu pensamento por discutir praticamente todos os grandes temas de sua filosofia. Ao apresentar uma longa reflexão sobre a decadência da democracia ateniense, o texto formula um ideal de cidade justa, em nome do qual se pode criticar a Atenas da época, considerada por Platão decadente e corrupta. A República é, assim, a primeira utopia de nossa tradição, uma vez que propõe uma cidade ideal (592a). O ponto de partida (Livro I) é a questão sobre "O que é a justiça (dikaíosyne)?" ou, talvez mais apropriadamente, "O que é a conduta correta?".

O diálogo pertence ao que se chama "período intermediário" da obra platônica, em que o filósofo formula sua teoria das formas ou das ideias. Parte da resposta à questão sobre o que é a justiça consiste precisamente no conhecimento da forma da justiça e envolve, portanto, a discussão sobre a natureza das formas, ou ideias, e a possibilidade de conhecê-las.

É neste sentido que, como dito acima, este diálogo inclui praticamente todos os grandes temas da filosofia platônica e da tradição filosófica por ele influenciada: a natureza da realidade, as formas como a verdadeira realidade, o problema do conhecimento e o Bem (*agathós idéan*) como forma suprema e fundamento da ética e da justiça, duas dimensões complementares da conduta correta. Temos, assim, metafísica, ética, epistemologia, política e pedagogia em uma discussão integrada acerca desses temas, que são na verdade aspectos de uma mesma problemática.

Os textos aqui selecionados têm como foco principal a questão ética. Nesta primeira passagem, em que Glauco expõe o mito do Anel de Giges, uma reelaboração platônica de um mito encontrado já em Heródoto, é apresentada a tese de que os homens só são justos porque temem o castigo. Se estivessem certos da impunidade, cometeriam todo tipo de atos condenáveis. Deem a um indivíduo o poder de fazer o que quiser e ele não hesitará em agir de forma injusta e de acordo com seu interesse particular. Glauco, que não endossa esta tese, faz questão de apresentá-la para debate e convida Sócrates a refutá-la. De fato esta será uma das grandes questões discutidas na República, sendo até hoje um problema fundamental da ética: a conduta ética depende apenas do medo da punição?

“ [359b - 360a] GLAUCO: Vamos provar que a justiça só é praticada contra a própria vontade dos indivíduos e devido à incapacidade de se fazer a injustiça, imaginando o que se segue. Vamos supor que se dê ao homem de bem e ao injusto igual poder de fazer o que quiserem, seguindo-os para ver até onde os leva a paixão. Veremos com surpresa o homem de bem tomar o mesmo caminho que o injusto, este impulsionado a querer sempre mais, impulso que se encontra em toda natureza, mas ao qual a força da lei impõe limites. O melhor meio de testá-los da maneira como digo seria dar-lhes o mesmo poder que, segundo dizem, teve Gíges, o antepassado do rei da Lídia. Gíges era um pastor a serviço do então soberano da Lídia. Devido a uma terrível tempestade e a um terremoto, abriu-se uma fenda no chão no local onde pastoreava o seu rebanho. Movido pela curiosidade, desceu pela fenda e viu, admirado, um cavalo de bronze, oco, com aberturas. E ao olhar através de uma das aberturas viu um homem de estatura gigantesca que parecia estar morto. O homem estava nu e tinha apenas um anel de ouro na mão. Gíges o pegou e foi embora. Mais tarde, tendo os pastores se reunido, como de hábito, para fazer um relatório sobre os rebanhos ao rei, Gíges compareceu à reunião usando o anel. Sentado entre os pastores, girou por acaso o anel, virando a pedra para o lado de dentro de sua mão, e imediatamente tornou-se invisível para os outros, que falavam dele como se não estivesse ali, o que o deixou muito espantado. Girou de novo o anel, rodando a pedra para fora, e tornou-se novamente visível. Perplexo, repetiu o feito para certificar-se de que o anel tinha esse poder e concluiu que ao virar a pedra para dentro tornava-se invisível e ao girá-la para fora voltava a ser visível. Tendo certeza disso, juntou-se aos pastores que iriam até o rei como representantes do grupo. Chegando ao palácio, seduziu a rainha e com a ajuda dela atacou e matou o soberano, apoderando-se do trono. Vamos supor agora que existam dois anéis como este e que seja dado um ao justo e outro ao injusto. Ao que parece não encontraremos ninguém suficientemente dotado de força de vontade para permanecer justo e resistir à tentação de tomar o que pertence a outro, já que poderia impunemente tomar o que quisesse no mercado, invadir as casas e ter relações sexuais com quem quisesse, matar e quebrar as armas dos outros. Em suma, agir como se fosse um deus. Nada o distinguiria do injusto, ambos tenderiam a fazer o mesmo e veríamos nisso a prova de que ninguém é justo porque deseja, mas por imposição. A justiça não é, portanto, uma qualidade individual, pois sempre que acreditarmos que podemos praticar atos injustos não deixaremos de fazê-lo.

De fato, todos os homens creem que a injustiça lhes traz individualmente mais vantagens do que a justiça, e têm razão, se levarmos em conta os adeptos dessa doutrina. Se um homem que tivesse tal poder não consentisse nunca em cometer um ato injusto e tomar o que quisesse de outro, acabaria por ser considerado, por

aqueles que conhecessem o seu segredo, como o mais infeliz e tolo dos homens. Não deixariam de elogiar publicamente a sua virtude, mas para disfarçarem, por receio de sofrerem eles próprios alguma injustiça. Era isso o que tinha a dizer.”

A REPÚBLICA A Alegoria da Caverna

O texto mais célebre da *República* é sem dúvida a Alegoria da Caverna*, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. ... Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela metáfora do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

A REPÚBLICA A natureza humana

Nesta passagem, Platão faz uma analogia entre os tipos de governo da cidade (timocracia, oligarquia, democracia e tirania), examinados anteriormente (Livro VIII) e o governo da alma. Sócrates apresenta a Glauco três tipos de homem

* Ver Danilo Marcondes, *Textos básicos de filosofia*, Rio de Janeiro, Zahar, 5ª ed. 2007, p.39-43.

e pergunta qual deles seria o mais feliz: o governado pela razão, aquele que é dominado pelo desejo de glória ou o que é dirigido pela ambição de riqueza. Conclui que é aquele em que a razão predomina. Assim, se como vimos acima, a conduta ética depende do autocontrole, segundo a concepção platônica de natureza humana nesta passagem, o indivíduo mais feliz e realizado do ponto de vista ético é aquele em que a razão predomina e por isso é capaz de decidir com mais acuidade e melhor governar a si mesmo.

“ [579e] SÓCRATES: ... Proclamarei agora que o melhor e mais justo é também o mais feliz, é aquele que tem a natureza de um rei, governa a si mesmo como tal; enquanto o mais perverso e injusto é também o mais infeliz, sendo de natureza tirânica e governando a si mesmo e à cidade como um tirano.

[580d - 583a] SÓCRATES: Se assim como a cidade, que está dividida em três partes, a alma de cada indivíduo tem três elementos, nossa tese pode ser demonstrada de outro modo.

GLAUCO: Qual seria?

SÓCRATES: Eis o que penso. Se há três partes, parece haver também três tipos de prazer específicos a cada uma delas. E, da mesma maneira, três modelos de desejos e impulsos.

GLAUCO: Como assim?

SÓCRATES: O primeiro elemento é aquele pelo qual o homem aprende, o segundo é o que o faz irascível, e o terceiro, que possui diferentes formas, tal que não podemos encontrar uma denominação única e adequada, designamos pelo que o caracteriza melhor, é o desejo, que o impulsiona a buscar alimento, bebida, amor e outros prazeres do mesmo tipo, assim como riqueza, já que é por meio dela que se podem satisfazer esses outros desejos.

GLAUCO: Tens razão.

SÓCRATES: Se considerarmos que o prazer do homem desse tipo se encontra no lucro, poderíamos, para fins de nossa discussão, encontrar uma noção única que caracterizasse esse elemento da alma e deixasse essa ideia mais clara para nós. Proponho assim denominar esse tipo de homem como aquele que busca o ganho e a satisfação (*philokrématon*), pois acho esse o nome mais adequado.

GLAUCO: É o que parece.

SÓCRATES: E não dissemos que, devido ao elemento irascível, está sempre buscando o sucesso, a glória e o triunfo?

GLAUCO: Sim, de fato.

SÓCRATES: Se o denominarmos, então, amigo do sucesso e da glória, não seria esse um nome correto?

GLAUCO: Sim, perfeitamente correto.

SÓCRATES: Em relação à parte cognitiva, não parece evidente a todos que é o que nos impele a conhecer a verdade tal como ela é, preocupando-se menos com o sucesso e a glória?

GLAUCO: Certo.

SÓCRATES: E se o chamarmos de amigo do saber, não estaremos lhe dando o nome adequado?

GLAUCO: Sim, sem dúvida.

SÓCRATES: E não é verdade que as almas ou são governadas por este elemento, ou por um dos outros dois?

GLAUCO: Sim.

SÓCRATES: Portanto, podemos caracterizar três classes de indivíduos: o filósofo, o ambicioso e o amigo do ganho.

GLAUCO: Com certeza.

SÓCRATES: E haverá um tipo de prazer correspondente a cada uma dessas classes?

GLAUCO: Sim, de fato.

SÓCRATES: E como sabes, se perguntássemos a cada um desses indivíduos qual a vida melhor, cada um afirmaria ser a sua. O amigo do ganho dirá que, em comparação com o que recebe, o prazer da glória e do saber não são nada, a menos que lucre com isso.

GLAUCO: Sim, é o que dirá.

SÓCRATES: O ambicioso considerará o ganho como algo vulgar e o saber, quando não traz glórias, vago e inútil.

GLAUCO: É verdade.

SÓCRATES: O filósofo, por sua vez, não dará nenhuma importância aos outros prazeres comparados ao conhecimento da verdade e ao que se obtém quando se alcança este saber. Considera as demais satisfações inferiores e as dispensaria se pudesse.

GLAUCO: Podemos estar certos disso.

SÓCRATES: Uma vez que discutimos sobre a vida de cada um desses indivíduos, não com o objetivo de decidir sobre qual a mais honesta ou desonesta, melhor ou pior, mas sim qual a mais agradável e prazerosa, como saber qual deles tem razão?

GLAUCO: Não sei responder.

SÓCRATES: Pois vamos considerar o seguinte: quais as características mais importantes para julgar bem? Não são a experiência, a sabedoria e o raciocínio? Haveria outros critérios melhores do que estes?

GLAUCO: Isso não seria possível!

SÓCRATES: Reflita então qual dos três indivíduos tem mais experiência de todos os prazeres que examinamos. Se o amigo do ganho buscasse conhecer a verdade, obteria ele mais experiência do conhecimento do que o filósofo do prazer do lucro?

GLAUCO: O filósofo se encontra na situação mais vantajosa, porque ele necessariamente experimentou os outros prazeres desde a infância. O amigo do ganho, porém, em toda a sua vivência, não terá necessariamente provado a doçura do saber e o conhecimento da verdade, e mesmo que o quisesse não lhe seria fácil.

SÓCRATES: Por conseguinte, o filósofo leva vantagem sobre o amigo do ganho, por ter experimentado os dois tipos de prazeres.

GLAUCO: Exatamente.

SÓCRATES: E terá ele maior experiência em relação às honras do que o ambicioso em relação ao saber?

GLAUCO: Não, os três experimentam a honra na medida em que alcançam seus objetivos. Tanto o rico como o ambicioso e o sábio têm seus admiradores e recebem honrarias, o que faz com que todos tenham essa experiência. Mas só o filósofo é capaz do prazer que resulta da contemplação do ser.

SÓCRATES: Logo, por sua experiência, ele é capaz de julgar melhor do que os outros.

GLAUCO: Muito melhor.

SÓCRATES: Ele é também o único que reúne experiência e sabedoria.

GLAUCO: Certamente.

SÓCRATES: Além disso, a faculdade que é instrumento do juízo não pertence nem ao ambicioso, nem ao amigo do ganho, mas ao filósofo.

GLAUCO: De que faculdade se trata?

SÓCRATES: Da razão, que afirmamos ser necessária para julgar.

GLAUCO: Sim.

SÓCRATES: E a razão é o instrumento específico do filósofo.

GLAUCO: Seguramente.

SÓCRATES: Se a riqueza e o lucro fossem o melhor critério para julgar, os elogios e as críticas do amigo do ganho seriam necessariamente os mais confiáveis.

GLAUCO: Certamente.

SÓCRATES: E se a honra, o sucesso e a coragem fossem os critérios, não seria o juízo do ambicioso e bem-sucedido o melhor?

GLAUCO: Com certeza.

SÓCRATES: Mas, já que o juízo depende da experiência, da sabedoria e da razão...

GLAUCO: Então necessariamente o mais verdadeiro é o que o filósofo e amigo da razão aprova.

SÓCRATES: Assim concluímos que os prazeres da parte inteligível da alma são os melhores dos três e é mais feliz o homem governado por este elemento. ”

QUESTÕES E TEMAS PARA DISCUSSÃO

1. Quais os argumentos de Sócrates contra a tese de que o melhor é o mais forte?
2. Como é caracterizado no *Górgias* o indivíduo injusto?
3. Sócrates afirma ser melhor sofrer uma injustiça do que cometê-la. Por quê? Você concorda?
4. Segundo Platão, qual a importância do conhecimento do Bem para a conduta ética?
5. Você concorda que se fosse dado às pessoas o poder de fazer o que quisessem, sem medo de serem punidas, tal como no mito do Anel de Gíges, elas agiriam de forma antiética?
6. Como pode ser definida a virtude, segundo o *Mênon*?
7. Por que, para Platão, a virtude não pode ser ensinada?
8. Como Platão caracteriza na *República* (Livro IX) o "homem feliz"? Compare essa caracterização com a do "homem justo" no *Górgias*.
9. Por que, ainda de acordo com as ideias expostas na *República*, a razão deve ter, de um ponto de vista ético, privilégio em relação aos demais elementos da natureza humana?